



A Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 5.057, de 7 de novembro de 2003, atendendo ao requerimento relativo ao Processo 2018/TEC/DLA-0189, outorga a presente

## Dispensa de Licenciamento Ambiental Nº 195/2018

em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPOATA, CNPJ nº 13.115.910/0001-61, sediado na Praça Da Matriz, Nº 467, Centro, Japoata, SE, CEP 49.950-000, para **pavimentação com drenagem superficial de trechos dos conjuntos Albano Franco( Rua “D”, Margem SE-335), Conjunto Maria Gizelda Lihares (Ruas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F”), e conjunto Santa Maria (Ruas “A”, “B”, Travessa “A” (Rua C), Praça Projetada)), sendo todas as ruas localizadas na zona urbana do Município de Japoatã/SE e área total de intervenção de 7.777,05 m².**

### Considerações Gerais

01. Esta Dispensa de Licenciamento Ambiental foi emitida às 16:09:48 do dia 30/10/2018, com validade por 0 dia, vencendo-se em Não possui data de validade.
02. O código de controle desta licença é **<d7a039651b959df1dbb3da44d344c9c3>** e a sua aceitação está condicionada à autenticidade a ser conferida na internet no endereço eletrônico <http://www.adema.se.gov.br>, e à não existência de rasura.
03. Esta licença não exclui nem substitui outras licenças, caso exigidas por força de legislação federal, estadual ou municipal.
04. O não cumprimento das obrigações e das condicionantes aqui estabelecidas implicará na adoção das penalidades previstas em lei.
05. Na hipótese do requerimento de renovação da presente licença não ser deferido até antes do final de sua vigência, ao empreendedor somente será garantido o direito à prorrogação automática da licença, caso o requerimento de renovação venha a ser feito em até 120 (cento e vinte) dias antes do seu término.
06. A Adema, mediante decisão motivada, a requerimento do empreendedor ou por ato de ofício, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, se ocorrer:
  - a) Violação de normas ambientais;
  - b) Inadequação de quaisquer condicionantes;
  - c) Omissão ou falsa descrição de informação relevante que poderia subsidiar ou subsidiou a outorga da presente licença;
  - d) Superveniência de grave risco ao meio ambiente e/ou à saúde pública;
  - e) Superveniência de normas técnicas e legais sobre a matéria;
  - f) Presença de zona aquífera e ecossistemas cavernícolas não detectados na prospecção do terreno.

### Obrigações do empreendedor

01. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, o empreendedor deverá providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado, o extrato deste instrumento de licença, conforme modelo disponibilizado, devendo encaminhar à Adema um exemplar do jornal contendo a publicação.